

82-Top.
O PENSAMENTO DE SALAZAR

OS
NOSSOS INTERESSES
DE
NAÇÃO

*DISCURSO NA REUNIAO DAS COMISSÕES DIRIGENTES
DA UNIÃO NACIONAL, EM 23/2/1946, NA SALA DA
BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA NACIONAL*

EDIÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

833

RP

82-Ref.

OS
NOSSOS INTERESSES
DE
NAÇÃO

82-RP

OS
MOSTOS INTERESSES
DE
MACAO

82



O PENSAMENTO DE SALAZAR

OS
NOSSOS INTERESSES
DE
NAÇÃO

*DISCURSO NA REUNIÃO DAS COMISSÕES DIRIGENTES
DA UNIÃO NACIONAL, EM 23/2/1946, NA SALA DA
BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA NACIONAL*

EDIÇÕES
S N I
LISBOA



mil novecentos e quarenta e seis

455/233

O PENSAMENTO DE SAIZAS

OS
Nossos Interesses
de
NACÃO

ORGANIZADO PELO INSTITUTO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO
DE LÍNGUA PORTUGUESA, COM O PATROCÍNIO DA
BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

1968
2.ª EDIÇÃO
11802

ALFONSO RODRIGUES DE SAIZAS

MEUS SENHORES:

Esta reunião da Comissão Central, Junta Consultiva e Presidentes das Comissões distritais da União Nacional tem por fim trocar impressões acerca do momento político e aprovar algumas alterações ao Estatuto da organização. No momento em que por todo o País se reorganizam as forças políticas que estão na base do regime, convém chamar a atenção para o interesse dos trabalhos. É só esta a razão das minhas palavras.

I

O último acto eleitoral não teve a concorrência efectiva da opposição às urnas, mas foi precedido de um debate tão largo e tão livre que se pôde ajuizar com bastante rigor dos intentos, dos métodos e das possibilidades. Apesar de o inimigo — chamemos-lhe assim para facilidade de entendimento — ter trazido para as discussões dose maior de paixão que de intelligência prática e apesar de muito haver sacrificado ao subjecti-

vismo das nossas velhas lutas partidárias, parece ter-se debatido nesse lapso de tempo a maior parte dos problemas que constituem a própria vida da Nação e terem-se agitado todas as ideias com que pode governar-se e, ai de nós! certamente também arruinar-se um povo.

Sem preocupações de minúcia mas com exactidão suficiente, as posições respectivas eram as seguintes: A Situação tinha a seu favor duas grandes razões — o inequívoco êxito da sua política de guerra e a extensa e profunda obra realizada nos quase vinte anos de que teve a responsabilidade. O inimigo tirou das dificuldades momentâneas e da carestia da vida o seu único argumento para bater a organização corporativa em conjunto e sentiu-se apoiado, contra um regime de disciplina e ordem, nessa espécie de mitos verbais com que a Europa, à falta de trigo, está enganando a fome.

Quando a maioria do povo britânico, devedor da vitória a Churchill, lhe negou, ao seu partido, a confiança para governar, logo um grande jornal, prevenindo o errado comentário que a consciência do mundo poderia fazer, lançou numa frase a síntese filosófica do veredicto da opinião pública: a gratidão pertence à história, não pertence à política. Não nego o valor da sentença que, à parte a diferença de proporções, bem nos poderia ter servido a nós, e tem em qualquer caso o valor de providencial consolação para os grandes sacrificados das lutas eleitorais. Mas o problema reveste outros aspectos e o mais saliente é que, na cadeia ininterrupta da vida dos povos, o passado é o melhor alicerce do futuro, e os que realizaram oferecem no mesmo que fizeram a segurança do que são capazes de fazer.

Parece-me que o resultado eleitoral de Novembro, feito pela Nação o balanço final, resultante dos confrontos possíveis, se exprimiu por estes dois sentimentos — gratidão e confiança. E não só as eleições. Essas expressivas, quase ingénuas mensagens de populações inteiras, como as dos arquipélagos, e o agradecimento colectivo das Mulheres de Portugal pela paz, tão sentido e espontâneo como se, por dom da natureza, florisse

em votos e em bênçãos a ansiedade anos contida nas almas, penso que têm o mesmo profundo sentido e de igual forma nos obrigam. Mas temos de examinar o reverso da medalha.

É erro dizer que as eleições *criaram* uma opposição ao regime; é mais correcto pensar que a opposição existente pelo precipitado de descontentamentos, fruto da acção governativa, e pela ânsia de renovação do pessoal ou dos princípios sociais e políticos, se resolveu a lutar. O que fez da liberdade concedida não vale a pena anotá-lo; neste como noutros casos semelhantes se verificou nada ter aprendido e nada esquecer do muito pouco que tivesse de olvidar.

Nem na febre do combate alguns repararam na contradição entre os seus ataques à falta de liberdade e as posições de onde desferiam os seus golpes, posições criadas, mantidas, prestigiadas e pagas pela longanimidade, a largueza de animo, o espírito nacional da actuação do Governo. Outra coisa foi manifesta e é cada vez mais nítida ao nosso espírito: a liberdade em Portugal não se limita nem disciplina a si própria; se, juntamente com a vasta loquacidade permitida, mais largas se houvessem dado no respeitante à acção, a ordem correria o risco de ser subvertida.

Quais os propósitos da opposição? A melhor de todas as hipóteses seria tratar-se apenas de uma aspiração à mudança do pessoal político. Nós somos em Portugal pouco mais ou menos da mesma estatura e podemos admitir que todos obedecem ao mesmo padrão de moralidade média. Outros homens, enquadrados no mesmo sistema de ideias, guiados pelos mesmos princípios, animados pela mesma ambição de servir, olhos postos nas mesmas necessidades da Pátria, poderiam apesar disso em cambiantes de execução encontrar outros caminhos, dar a impressão de estarem abertas outras vias de acesso. Mas não é esse o caso.

Do que se trata é de tentar o *regresso* ou uma *revolução*, por via constitucional, se possível, por outra qualquer, se o não for. Nas primeiras filas tomaram lugar amigavelmente acomodados sobreviventes de todos os partidos políticos que em

tempos foram irredutíveis e irreconciliáveis. Estes manifestaram a mais tocante fidelidade (salvo leves retoques) aos mesmos princípios e métodos que desacreditaram a política e a administração do País e que em vez de nos fazerem unir, prosperar e engrandecer-nos diminuíram, empobreceram e anarquizaram. Este é, salvo o que se deve à acção meritória de alguns, um facto histórico sem possibilidade de contestação.

Mais atrás, na sombra prudente e recolhida, compareceram também, no encontro fortuito das oposições, os que, reconhecendo como nós a decrepitude de certo número de princípios e a falta de adaptação aos novos tempos, receiam a revolução social empreendida por nós e desejariam fazê-la violentamente por conta própria... ou alheia.

Não parece que os propósitos dos primeiros tenham qualquer viabilidade. Mesmo abstraindo das circunstâncias peculiares do caso português, o certo é que o mundo, cansado ou desiludido, vai varrendo do terreno político os meios termos e formando nitidamente à direita e à esquerda. O debate já não é sobre o movimento social em marcha, mas sobre os melhores métodos políticos para o conduzir e fazer triunfar, sem destruição dos valores materiais e morais do agregado social. É cada vez mais evidente que, na impossibilidade humana de resuscitar mortos, só poderíamos fazer que a Constituição de 1911 passasse como um cadáver sobre um cemitério de ruínas.

Concluimos assim que não temos outras soluções senão a *solução nacional* que desfrutamos e uma *solução de extremistas*, mesmo que estes por amabilidade e camaradagem condescendam em chegar lá pela ante-câmara do partidarismo renascido. Esses outros têm ao menos, rìgidamente erguida sobre princípios falsos, a grande força da lógica e não se lhes dará muito da liberdade. Sabemos bem que a exigem para vencer e a dispensam para governar.

Se a oposição tem concorrido às urnas e tem podido aqui e além sobrepor-se às nossas forças, tê-la-íamos neste momento na Assembleia Nacional. Desde que problemas desta magnitude hajam de ser postos no terreno eleitoral, não se pode deixar

de aceitar lealmente as consequências da incerteza e contingência do sufrágio. Mas o bom povo português, posto com inteira franqueza em face das realidades e em face dos perigos, devia compreender, a-bem do seu interesse, não se tratar já nessas pugnas de marcar preferências pessoais mas da escolha de princípios que, na sua síntese suprema, são a mesma interpretação da vida dos homens e das nações.

Abandonadas as urnas pelas razões ou com os pretextos conhecidos, seguirão uns aqueles obscuros caminhos onde a nossa vigilância não tem deixado enraizar e crescer a erva daninha das conspirações, outros se arvorarão às claras em paladinos de uma oposição *por tudo e em toda a parte*. Isto significará que a política partidária, abandonado o terreno adequado às respectivas batalhas ou debates, invadiria a despropósito todas as manifestações da vida social. Devo dizer sobre este ponto uma palavra clara.

Nós temos mostrado, através das instituições, das leis e dos actos do Governo, a preocupação absorvente de reconduzir tudo e tudo integrar no plano nacional. A Nação tem estado sempre presente ao nosso espírito, não só como indefinível essência da continuidade histórica dos portugueses através dos séculos, mas como o seu património material e moral. Todos nos devemos a ela, todos nos sacrificamos pelos seus interesses superiores, todos beneficiamos directa ou indirectamente da sua grandeza e prestígio. Para que esse sentimento não possa ser atingido na sua intensidade afectiva ou como fonte de acção, tem sido necessário excluir da vida corrente, dado o desregramento passional dos portugueses, tudo que pudesse quebrar a unidade moral da Nação. Daqui vêm o empenho e cuidado em que as organizações culturais, recreativas, profissionais ou outras, e na medida do possível os próprios órgãos da administração, não se imiscuem nem sejam teatro de lutas partidárias mas conduzam a sua vida livremente, apenas condicionada às grandes linhas do interesse nacional. Assim a Nação se nos tem apresentado como unidade que é ou deve ser, dotada da homogeneidade e coesão no que é essencial à sua vida colec-

tiva. E sobre essa base se lhe tem defendido a dignidade e o prestígio; e partindo desse pressuposto se tem governado na defesa intransigente do que se reputa, sem considerações estranhas, o interesse geral.

Pois bem: como por outros caminhos se prejudicará o pensamento e a ética do regime, nós somos obrigados a evitar por todos os meios ao nosso alcance se destrua o que, mercê de tantos esforços, se tem podido conseguir. E porque a experiência revela não terem alguns podido elevar-se acima dos seus pequenos sentimentos de grupo, desejamos lealmente que se compreenda bem ser muito duvidoso podermos continuar a tratar no plano nacional aqueles que a si próprios teimam em confinar-se e agir no plano partidário.

II

Julgo da maior vantagem estarmos seguros de um pensamento político, especialmente nestes anos críticos a seguir à guerra, porque a atmosfera mundial me parece singularmente confusa e é difícil descobrir com precisão sobre que ideias se está reconstituindo o mundo. Não me refiro ao ódio que torna desagradável a atmosfera internacional e sob vários aspectos nos tem feito retroceder séculos com algum desprestígio do pobre direito das gentes. Visto que o ódio cansa, ele passará com o tempo. É preciso compreender que a guerra cavou abismos de paixão. A miséria, os sofrimentos dos povos que houveram de bater-se, o esforço da luta, as riquezas para sempre perdidas, o longo espectáculo da dor endureceram as almas e reclamam castigo à face da terra e do céu. Esperemos que os espíritos acalmem e restabeleçam normas de vida sob que os próprios vencidos possam também um dia viver. Não me refiro pois a nada directamente afectado pela paixão que domina as relações entre vencidos e vencedores, mas ao que o observador de boa fé, interessado no resultado da contenda e não no de-

bate, pode descortinar para além dos discursos de circunstância, congratulatórios e solenes, das grandes assembleias internacionais. Tenho a impressão, oxalá que errada, de existirem no limiar deste novo mundo, turvando fortemente a atmosfera, alguns equívocos, contradições e fraquezas. Limitar-me-ei a um exemplo de cada para tornar inteligível a referência.

Nenhum povo verdadeiramente civilizado pode deixar de garantir nas leis e na realidade os direitos fundamentais da pessoa humana. Em nome deles se fez em grande parte a guerra mas à sua roda gira um equívoco que pode deixar um rasto funesto nas instituições europeias. Este deve-se a ter-se admitido sem maduro exame como axiomática verdade a tríplice equação: liberdade igual a democracia; democracia igual a parlamentarismo; parlamentarismo igual a oposição — e tornou-se negramente responsável por que em documento oficial as oposições portuguesas tenham acusado de ditadura o regime pelo facto de o Governo não cair perante as Câmaras. Afinal o problema é redutível ao seguinte: o grau e efectividade das liberdades individuais dependem essencialmente de determinada forma de organização do poder? A resposta é francamente negativa na doutrina e na prática, mas os que desejaram furtar-se a discussões incómodas resolveram aqui e além a dificuldade, vestindo ou, nem vestindo, crismando à moda as suas instituições. Deus permita que o único mal seja a anarquia do dicionário.

Outro ponto. Não há dúvida de que o mundo está cheio da palavra liberdade. Aqui significa independência política, além independência económica; numa parte emancipação e igualdade racial, noutra extinção de privilégios de classe; mais perto, a abolição das monarquias (aliás e pelo menos em potência tão liberais como as repúblicas), mais longe, a própria carência do poder público. Pois repetida em todas as línguas e reboando sob todos os céus, é certo que a famosa e enganadora deusa não dará o seu nome à nossa época: e aí está a contradição.

Continuo a crer que, para bem dos homens e da sua vida em sociedade haverá a «autoridade *necessária* e a liberdade *possível*»; mas seja qual for o grau de liberdade política no futuro, já está moribunda no presente a liberdade económica.

Nós somos dos que mais convictamente se têm conservado fiéis à ideia de que uma razoável liberdade é salutar à vida económica e não temos hesitado em mantê-la nos domínios e no grau compatíveis com o interesse geral. Mas cada vez se afigura mais claro que, independentemente das razões peculiares ao tempo de guerra, persistem motivos para se manterem e intensificarem as duas tendências que em si mesmas envolvem restrições à liberdade — a organização e o intervencionismo do Estado. A política social que nos surge como marca inconfundível da época presente postula melhor aproveitamento e mais justa distribuição das riquezas, e nem um nem outra serão possíveis sem sujeição a planos que em muitos casos transcenderão o nacional para se situarem no domínio mundial. Tal ordem de trabalhos não é por outro lado possível sem a prévia sistematização dos elementos nacionais, sem se ordenarem os órgãos e os factores da produção. Que o Estado se converta, ele próprio, em produtor e distribuidor das riquezas criadas ou se limite a dar impulso e direcção superior à economia, a impor regras de justiça distributiva e garantir a disciplina do trabalho, isso nos distinguirá, por exemplo, a nós dos socialistas e dos comunistas. Mas num caso ou noutro a organização e o intervencionismo serão a lei e essa lei — queiramos ou não — é o crepúsculo da liberdade económica. Tão certo é que os homens não podem definir a sua liberdade mas apenas usufruir a que a vida lhes consente.

Tem-me parecido errónea e perigosa certa tendência para defender no plano teórico e no das realidades práticas a uniformidade dos regimes políticos como base indispensável da cooperação internacional. Esta deverá contentar-se com a existência daqueles princípios comuns que caracterizam a civilização moderna; e por vezes será obrigada a contentar-se com menos... Mas se a vida internacional tem de ser tão intensa

como se anuncia, já me parece que os regimes políticos não são indiferentes para a condução dos negócios do mundo. É neste ponto que vejo certas fraquezas aludidas acima.

Não se trata da pureza dos intentos, nem da justiça das questões, nem da correcção dos processos: trata-se dos meios de acção política. A cada momento se verifica a necessidade de decisão rápida que só pode emanar de um poder executivo forte, sustentado ainda pela força da opinião. O primeiro requisito depende em alto grau das instituições e dentro delas se há-de buscar solução às dificuldades; a segunda é sobretudo uma questão de ética, pois de um modo geral os Estados civilizados não podem proceder nem à margem nem contra a consciência da Nação. Mas verificá-lo é concluir ser impossível a um grande Estado desempenhar na política do mundo um papel dirigente se não vai ter cuidados especiais com a formação da sua opinião pública. Estão aí no horizonte dois problemas — o da rádio e o da informação mundial — que ou são resolvidos de modo a garantir-se a objectividade, a justiça e o respeito alheio ou vão converter-se em sérios factores de perturbação do mundo. Ninguém hoje pode afirmar que as soluções alcançadas através de organizações capitalistas sem responsabilidades políticas nem fins diversos do lucro ou de organismos públicos ao serviço de ideologias incendiárias, correspondem às necessidades e aos anseios das nações. Já é mau que os pequenos Estados sejam batidos por ventos contrários à sua formação e aos seus interesses; seria desastroso que grandes potências não estivessem devidamente garantidas no campo moral e político para o seu papel de direcção.

III

Ao tocar nalguns aspectos e princípios da vida internacional, passei em silêncio o novo organismo de coordenação e cooperação designado por Nações Unidas. Fi-lo muito de pro-

pósito, por dois motivos — porque não fazemos ainda parte da organização e porque mais importa à paz do mundo o espírito dos homens do que as palavras da Carta e os seus órgãos.

Em Abril estaremos em Genebra para votar a dissolução da Sociedade das Nações e a liquidação e entrega dos respectivos valores às Nações Unidas. Fiéis adeptos da Liga, não faltaremos ao último acto da sua existência nem sempre brilhante, nem sempre coroada de êxito, mas, queremos crer, geralmente bem intencionada. Haverá um certo ilogismo no voto que nós e outros daremos, despojando-nos daquilo para que contribuímos, em favor de uma organização a que não pertencemos. Mas a solução só pode ser essa e a vida vai tão falha de lógica que não vale mesmo a pena fazê-lo notar.

Mais estranho se afigura o desembaraço com que na ausência e desconhecimento de algumas potências interessadas se procedeu em Londres à escolha dos juizes para o Tribunal Permanente de Justiça Internacional da Haia. De tudo concluo que o estudo da transição do anterior regime para o novo, aprovado em S. Francisco, parece não ter sido levado muito fundo, e de modo que se evitassem estas incongruências. O mundo porém está doente e há problemas tão graves a resolver que não se deve fazer questão de pequenas coisas.

Nesta primeira sessão as Nações Unidas foram ainda apenas a associação dos vencedores, incluindo evidentemente alguns obreiros da última hora. Ela tem necessidade de, após os seus primeiros trabalhos de constituição, começar a abrir as portas e a alargar o seu âmbito não só aos neutros (ainda que não tão fortemente colaborantes como nós próprios), mas aos vencidos de ontem. Só desta forma poderá aspirar a verdadeira representação mundial, sem exclusivismos injustificados.

Por tais motivos não apresentamos ainda ao Secretariado Geral, como é do regulamento, o pedido de admissão, embora a nossa Constituição política nas suas disposições e no seu espírito nos autorize e de certo modo nos imponha fazer parte de organizações internacionais que se propõem resolver pacificamente as divergências entre as nações e cooperar com to-

dos para o maior bem-estar e progresso da humanidade. Temos porém entendido ser ainda cedo para o fazer, pois a qualquer pessoa razoavelmente observadora não terá passado despercebido que a admissão de novos membros contende no momento com o equilíbrio interno das Nações Unidas. Talvez por isso nenhuma das nações que podia legitimamente pretendê-lo, requereu a admissão, como foi oficialmente declarado.

O facto não tem no desenvolvimento da nossa vida e na defesa dos nossos interesses o menor significado. Nem me parece conveniente alimentar a falsa ideia de que qualquer organização daquele género há-de arcar com o peso das dificuldades internacionais e incumbir-se ainda de resolver os problemas de cada um. Estou convencido de que ela terá tanto mais probabilidades de êxito quanto menos a sobrecarregarem as questões próprias de cada nação. Desde que a Nação, com seus atributos de igualdade jurídica e de independência, continua a ser a base da organização internacional, continua a ser igualmente exacto que o conjunto beneficia da ordem, do progresso e do trabalho de cada povo e não são as soberanias claudicantes ou precárias que podem prestigiar ou facilitar a acção daquela. Isto pode ser expresso de outra forma: a cooperação internacional pressupõe o nacionalismo bem ordenado e bem entendido.

Dentro ou fora das Nações Unidas, a nossa política externa não tem senão que seguir, ao lado dos tradicionais imperativos históricos e geográficos, as claras indicações do último conflito. O centro de gravidade da política europeia, como já tenho afirmado, senão da política mundial, deslocou-se mais ainda para o oeste e situou no primeiro plano o Atlântico com os Estados que o rodeiam. Em reconhecê-lo não deixamos de ser europeus; o que damos é mais largo sentido ao Ocidente.

Dentro destas linhas simples queremos continuar a trabalhar, esperamos que sem poeira nos olhos nem ódio no coração. Acreditamos que se esteja construindo o futuro e que se aspire a um estado de relações mais seguro e pacífico que o anterior.

Mas como entre tudo que muda o homem é que menos muda, não pode perder-se de vista para o êxito de qualquer política o que por facilidade de expressão chamaremos as «constantes humanas».

Estamos convencidos de que se impõe, não só para curar as feridas da guerra, mas normalmente e para o bem geral, estreita, amigável, confiante colaboração. Estendemos os braços para, dentro da nossa modéstia, ajudar, servir os que se encontram em piores condições do que nós. Assim vamos reatando relações económicas e financeiras com os que surgem do abismo das suas tribulações e pena temos de que os recursos disponíveis da Metrópole e do Império não sejam maiores para nos permitirem sermos mais prestáveis. Podemos dizer que temos posto nos acordos económicos — será isso erro no actual momento? — mais coração que negócio. Penso estarmos assim bem dentro do melhor espírito do tempo, não porque lhe tenhamos aderido mas porque, para honra nossa, o herdámos.



Vou terminar. Tomei porventura por caminhos que não estavam no meu espírito e muitos suporão mesmo não se encontrarem no lógico desenvolvimento das primeiras frases. Não o cuido assim.

O mundo está cheio de ideias falsas e de palavras vãs. Enquanto umas e outras se movem no domínio estranho à nossa terra, a concordância ou desacordo têm puro interesse académico e são irrelevantes. Mas quando começam a invadir-nos e ameaçam fazer estrago dentro de nós, então impõe-se exame mais cuidado para determinar até que ponto atingem a nossa independência de julgamento, a saúde do nosso espírito e os nossos interesses de Nação.

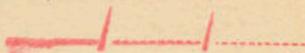
O debate político que se trava não tem em geral o valor limitado de uma disputa partidária. Não. É em muitos casos

um aspecto da eterna luta entre o bem e o mal, a verdade e o erro, a vida e a morte. O meu desejo, o meu empenho é que os portugueses se elevem por momentos acima das suas preocupações e pequeninos despeitos, para considerarem estes problemas que transcendem a vida de todos os dias e cuja correcta solução interessa ao futuro da Pátria.

Composto e impresso na
EDITORIAL IMPÉRIO, Lda.
Rua do Salitre, 151 - 155
Telefone, 53173/4 - LISBOA

698

SÉRVICIOS DE EXPEDIÇÃO



EDIÇÕES
SNI
LISBOA

